



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A batalha «eleitoral» no norte

— Algumas experiências e ensinamentos —

Para nós, comunistas, as «eleições» nunca foram um fim em si nem a participação na batalha «eleitoral» determinada por qualquer tipo de ilusões. Sabemos e temos afirmado muitas vezes que um Estado fortemente militarizado, como é o caso em regime fascista, somente pela força pode ser derrubado. Mas também sabemos que para ajudar à criação duma situação revolucionária que tal permita, nenhuma forma de acção pode ser desperdiçada. O caminho que se nos apresenta para o derrubamento do fascismo, é o do levantamento nacional, a que se chegará através da participação de um número cada vez maior de portugueses e de portuguesas em pequenas e grandes lutas de todo o tipo, económico, político e social. A participação na batalha «eleitoral» enquadra-se, pois, na perspectiva da luta geral do nosso povo, tendente a aproveitar e a forçar todas as possibilidades de combate ao fascismo na luta pela liberdade e a democracia, tida esta como parte integrante da luta pelo socialismo.

É dentro desta perspectiva que a análise às «eleições» de Outubro de 1969 tem de ser encarada, para dela se tirar proveito com vista a acções futuras.

A luta «eleitoral» no prosseguimento da actividade democrática

A última campanha «eleitoral» não surgiu como ponto de partida para a acção dos democratas. Antes se enquadrou nela e se integrou no prosseguimento de uma actividade que vinha de trás, muito especialmente a partir do agravamento da crise do regime com o afastamento político de Salazar e a sua substituição por Marcelo Caetano.

No Norte, isto foi assim, em maior ou menor grau, nomeadamente nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Viana do Castelo, Viseu e Coimbra, precisamente naqueles em que maior actividade viria também a haver durante o período «eleitoral».

Tal reactivação, foi fundamentalmente impulsionada pelo recrudescimento das lutas da classe operária e, também, por estímulo da luta travada pelos estudantes universitários. Já em 1968, a greve dos pescadores de Matosinhos é um marco importante. Depois, entre outras, são acções assinaláveis no Norte: a manifestação do 1.º de Maio no Porto, em 1969, com a concentração de 5.000 pessoas na Baixa; de novo a greve dos pescadores em Matosinhos e na Figueira da Foz; a greve dos pescadores do

bacalhau; a greve dos operários da Tabopan, em Amarante; a paralisação e a concentração dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto; as concentrações do pessoal dos Serviços Municipalizados de Gaia; as paralisações na Oliça, em S. João da Madeira; a luta por aumento dos salários, pela actualização dos contratos colectivos de trabalho, contra a existência de comissões administrativas nos sindicatos, pela eleição de direcções de confiança dos trabalhadores, por parte dos metalúrgicos, dos têxteis, dos bancários, dos delegados de propaganda médica, do pessoal dos telefones, dos padeiros, no Porto; por parte dos portuários de Leixões; por parte dos têxteis da Serra da Estrela; por parte dos metalúrgicos, dos motoristas e dos empregados de escritório de Braga; por parte dos empregados de Viana.

Quanto aos estudantes, os grandes plenários do Porto, e a luta de Coimbra com assembleias magnas ultrapassando 5.000 presenças, a qual culminou com a greve às aulas e depois aos exames.

Na reactivação pré-«eleitoral» do movimento

democrático, há a destacar: o abaixo assinado ao Marcelo com mais de 1.500 assinaturas de Viana, Braga, Porto, Aveiro e Viseu; as comemorações do 31 de Janeiro de 1969 em várias cidades e vilas, com destaque para o Porto, mobilizando milhares de pessoas em romagens, sessões e jantares e o desfile de centenas de pessoas no Porto após a sessão do Coliseu; os protestos contra prisões e apreensões de livros;

as manifestações de solidariedade aos estudantes de Coimbra acompanhadas de protestos ao governo pela brutal repressão desencadeada sobre aqueles; a realização do II Congresso Republicano de Aveiro, grande prova de vitalidade e de capacidade de organização; a criação de comissões democráticas e a sua reunião aberta, bem como a realização de amplas assembleias a impôr situações de facto.

Uma batalha contra o fascismo

Desde a imposição de um recenseamento falsificado em que impediu a participação dos democratas, até à proibição de propaganda na via pública, passando pela censura dos governadores civis à propaganda a distribuir pelas limitações postas à consulta e cópia dos cadernos eleitorais, à mobilização dos regedores, de padres e de outras pessoas para exercerem pressão económica e ameaças ao assalto à mão armada na via pública a quem distribuía listas da oposição, factos estes todos ocorridos no Norte, o fascismo tudo fez para desvirtuar o verdadeiro sentido da participação do povo na batalha «eleitoral» e para impedir mesmo essa participação.

Em todos os distritos do Norte foram apresentadas candidaturas, facto que se verificou pela primeira vez no reinado fascista. Com excepção de Bragança, os candidatos mantiveram-se até ao fim.

Pela primeira vez, os democratas não guardaram para a última hora a preparação e a apresentação das listas de candidatos. Estes estavam em muitos casos escolhidos com grande antecedência. A Comissão Democrática do Porto foi a primeira a fazer entrega do respectivo processo, logo em 1 de Setembro. Muito antes do período considerado pelo governo para os preparativos pré-«eleitorais», já numa assembleia com mais de 280 pessoas realizada no Porto era aprovado um projecto que viria a servir de base à Plataforma de S. Pedro de Moel.

Em muitos casos, as comissões e os candidatos ou foram eleitos ou foram referendados em amplas assembleias, como em Viana (cerca de 400 democratas de todo o distrito), em Vila Real (120), em Braga (mais de 100).

Onde o fascismo eliminou candidatos (casos de Braga e de Coimbra), os democratas não se deixaram desarmar nem intimidar e apresentaram rapidamente outros em sua substituição.

A partir de certa altura, a peia da censura dos governadores civis foi quebrada na prática, o que foi tornado público num comunicado da CDE de Coimbra.

A proibição de propaganda na via pública, nunca foi aceite. Em Braga, foi praticado com êxito o sistema de propaganda «porta-a-porta». Em Viana, os candidatos foram aos mais re-

cônditos lugares falar com o povo. No distrito do Porto, realizaram-se duas caravanas automóvel, uma das quais na tarde do dia 5 de Outubro, não obstante o grande aparato policial junto da sede com vistas a impedi-la. Com mais de 60 carros e grande entusiasmo popular, foram pontos salientes: a romagem a pé ao cemitério da Póvoa de Varzim, onde falou um candidato, a concentração de cerca de 1.000 populares no largo da feira da Trofa, onde um jovem fez um discurso relâmpago, a concentração também de cerca de 1.000 pessoas em Paços de Ferreira, com desfile de 300 até à Câmara a cantar a «A Portuguesa». Durante a manhã, havia sido organizada uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso, em que participaram 4.000 pessoas com cartazes em que se lia «Amnistia», « regresso dos exilados », « regresso do professor Rui », « Solidariedade a Coimbra », « O governo para o povo », « Liberdades políticas ».

Nos principais distritos houve cobertura quase total de comissões nos concelhos e até mesmo em muitas freguesias. Quer nas capitais dos distritos quer em muitos concelhos, funcionaram sedes, realizando-se aí mesas redondas e debates sobre os mais variados problemas, encontros e até mesmo sessões políticas. A sede do Porto comportava mais de 2.000 pessoas e lá se realizou um comício comemorativo do 5 de Outubro.

O 5 de Outubro foi amplamente comemorado, com romagens, comícios, almoços, foguetes e bandas de música pelas ruas.

Foram feitos muitos milhares de documentos. Só no dia 5 de Outubro, foram distribuídos no distrito do Porto 30.000 manifestos, 10.000 exemplares do boletim n.º 3 da CDP, 150.000 tarjetas impressas e muitos outros documentos e cartazes. As comissões distritais do Porto e de Braga distribuíram emblemas que o povo usava na lapela.

Em contraste com a reduzida assistência às «sessões de esclarecimento» da U.N., os comícios da Oposição tinham participação de grandes massas populares, atingindo alguns 5.000 presenças e mais, dando às candidaturas CDE um verdadeiro carácter de candidaturas do povo. A introdução de pequenas intervenções nos intervalos dos discursos, designadas por

«denúncias», em que se desmascarava a falsidade de afirmações governamentais sobre a guerra colonial, os presos políticos, etc., despertou grande interesse no Porto, pela sua inovação. No comício da CDP no Coliseu, tal como em todos os outros, viam-se grandes distúcos. Nestes, lia-se: «Direito à greve», «40% do orçamento é para a guerra colonial», «As eleições acabam — a luta continua».

Na cidade de Viana do Castelo, perante a recusa do comandante de um quartel em permi-

tir lá dentro a distribuição das listas CDE, em igualdade de circunstâncias com as da U.N., os democratas postaram-se à «porta de armas» e aí procederam à sua distribuição.

Em Coimbra, coincidindo com o período «eleitoral», em 13 de Outubro, por ocasião do embarque de 50 estudantes chamados para a tropa, mais de 300 pessoas participaram em manifestações, gritando «Abaixo a guerra colonial», «Abaixo o fascismo», «Abaixo a Pide».

A participação dos trabalhadores

Foi nos distritos industrialmente mais desenvolvidos que a campanha adquiriu maior amplitude, tanto quanto ao número de realizações como quanto ao carácter de massas e ainda quanto a vivacidade e dinamismo.

Os trabalhadores estiveram na base da criação de muitas comissões concelhias e de freguesia, fizeram parte destas e mesmo de algumas distritais, constituíram a parte mais numerosa dos participantes nos comícios, nas romagens e nas manifestações de todo o tipo.

Mesmo onde não se organizaram em comissões próprias e independentes, houve nalguns casos iniciativas específicas, como o colóquio para pescadores em Viana, com a presença de 60 pessoas, as reuniões nas sedes de S. João da Madeira e Figueira da Foz, numa reunião sócio-profissional em Coimbra, uma reunião de 100 trabalhadores em Riba de Ave. Os operários têxteis da Serra da Estrela estiveram na base da organização de um comício aí realizado.

A participação dos ferroviários dos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Aveiro, Viseu e Braga na greve de 20 de Outubro, foi uma boa contribuição destes e um estímulo à luta democrática no Norte.

Mas foi no distrito do Porto que a participação da classe operária mais se fez sentir. Antes e durante a campanha, a sua luta sindical recrudescceu. Foi o Porto o único distrito do Norte onde os trabalhadores se organizaram de forma independente. Muito antes do período «eleitoral», tinham já constituído a sua comissão democrática em que participavam trabalhadores das profissões e empresas mais im-

portantes. Elegeram um elemento seu para a lista de candidatos da CDP. Todos os trabalhadores integrados na distrital foram também para ali por designação colectiva.

Logo em Outubro de 1968, mais de 300 das 550 assinaturas recolhidas no Porto para o «documento das 1.500 assinaturas» foram obtidas pelos trabalhadores. No dia 7 de Novembro desse mesmo ano, 40 trabalhadores reuniram-se num jantar de confraternização.

Num abaixo-assinado, grande número de trabalhadores reclamou feriado no 1.º de Maio. Também com motivo do 1.º de Maio, foi enviada pelo correio ao governador civil uma exposição com as suas principais reclamações, contendo mais de 2 200 assinaturas.

Em Setembro, subscrita por operários de diversas profissões foi enviada ao ministro das Corporações uma exposição em que se reclamava liberdade sindical e a libertação dos sindicatos das peias corporativas.

Vários Encontros de Trabalhadores foram realizados: em Março de 1969, com mais de 70 elementos de diversas profissões, participando também delegados de Braga; em Abril, com 40 presenças; em 18 de Outubro, na sede da CDP, um Encontro de Metalúrgicos teve a participação de 300 trabalhadores das empresas mais importantes do Porto, de Matosinhos, da Trofa, de Valongo, de Gondomar, etc., participando também o candidato dos trabalhadores; no mesmo dia e também na sede, efectuou-se um Encontro de Trabalhadores Sobre Problemas Sindicais a que compareceram cerca de 1.000 trabalhadores.

A actividade da juventude

Partindo também de actividades anteriores, foram-se formando grupos de jovens em vários distritos, virados para realizações específicas da juventude. Em Viana, Braga, Guimarães, Famalicão, Porto, Gondomar, Aveiro, S. João da Madeira, Espinho, Oliveira de Azeitões, Coimbra, Figueira da Foz, Viseu, etc., a juven-

tude organizou acções culturais e de convívio, aumentando sempre o número de participantes. Estes grupos de jovens, viriam a ter papel dinamizador durante a campanha. Foram os jovens que, duma maneira geral, por toda a parte tomaram a seu cargo a colagem de cartazes e a distribuição de propaganda.

Em todo o lado, a juventude levantou a reivindicação do direito de voto aos 18 anos, contida inicialmente num documento dirigido à Assembleia Nacional e subscrito por várias centenas de jovens do distrito de Aveiro em Dezembro de 1968.

Com a data de Março de 1969, cerca de 100 jovens subscreveram um manifesto «À Juventude do distrito de Aveiro», insistindo no direito de voto aos 18 anos e virados já para a participação da juventude na campanha «eleitoral». Em Outubro, lançavam uma proclamação de apoio à candidatura CDE, divulgando simultaneamente nela as suas reivindicações. Vários convívios juvenis foram organizados, reunindo sempre cerca de 150 rapazes e raparigas de vários concelhos.

Em Coimbra, durante a período de recenseamento, foi eleita numa ampla assembleia uma Comissão Estudantil Promotora do Voto. A comemoração do 31 de Janeiro foi de iniciativa e organização da juventude. Na sessão comemorativa do 5 de Outubro tiveram entusiástica aceitação as intervenções dos jovens.

Em Viana do Castelo, houve uma reunião de 60 jovens na sede da CDE.

No Porto, surgiu uma razoável organização de jovens trabalhadores, a mais importante organização da juventude em todo o Norte, agregando à sua volta várias centenas de rapazes e raparigas e que foi o principal esteio ali da actividade juvenil. Entre as suas iniciativas, conta-se a realização de convívios, num dos quais, em 24 de Agosto, estiveram presentes cerca de 100 jovens, na sua grande maioria trabalhadores. Em 12 de Outubro, numa reunião efectuada na sede da CDP e em que participaram mais de 300 jovens, foi aprovada uma carta reivindicativa da juventude trabalhadora. Também os estudantes democratas organizaram reuniões em várias faculdades e liceus e editaram documentos. Na sede da CDP realizou-se uma ampla assembleia com cerca de 400 estudantes. Organizado pelas comissões juvenis, realizou-se um comício numa casa de espectáculos dedicado à juventude.

Nas listas CDE do Porto e de Coimbra, foram incluídos candidatos jovens.

A acção das mulheres

Tiveram também as mulheres do Norte a sua participação na luta política neste período.

Em Aveiro, saiu em Fevereiro de 1969 um manifesto, assinado por 30 mulheres, incitando à inscrição feminina no recenseamento e à participação na luta «eleitoral».

A organização do 8 de Março no Porto, foi uma importante iniciativa das mulheres. No convívio efectuado nesse dia, estiveram cerca de 800 pessoas e no colóquio realizado à noite participaram muitas centenas de convivas.

As listas de candidatos democráticos do Porto e de Braga tinham cada uma a participação de uma mulher.

Em Viana do Castelo, efectuou-se uma reu-

nião de 60 mulheres. Muitos foram os comícios em que as mulheres usaram da palavra ou presidiram. Em vários casos as mulheres fizeram parte de comissões responsáveis. No Porto, chegou a haver uma comissão feminina de apoio às candidaturas democráticas.

É contudo uma importante deficiência que em todo este período, no plano orgânico, o movimento das mulheres não tenha criado uma base suficientemente sólida para prosseguir, após o período «eleitoral», a luta pelas reivindicações específicas das mulheres portuguesas, pelas suas reivindicações democráticas, em estreita ligação com o movimento democrático no seu conjunto.

Problemas de unidade

Nos distritos do Porto e de Braga apareceram duas listas da oposição. A verdade, porém, é que a falta de unidade que levou a uma tal situação não se processou nessa altura nem se circunscreveu a esses dois distritos. Vinha de trás e tinha raízes mais fundas.

A ASP sempre falou de «coligação de forças». Não era a «unidade dos democratas sem discriminação» a que visava, a qual sempre foi a base da unidade democrática (e outra não faz sentido num país onde a existência de partidos é ilegal), mas a uma coligação estabelecida pela cúpula e não já de personalidades mas de forças ou tendências.

Não é demais afirmar e repetir: a coligação de forças pretendida, baseava-se em atitudes discriminatórias e em posições anticomunistas; não era uma forma de coligar tendências, mas uma

forma de excluir tendências. Não é demais afirmar também: com todas as suas manobras, a ASP visava e visa obter um tratamento preferencial por parte do governo.

Na realidade, a ASP nunca desejou a unidade mas serviu-se dela, pese isso às suas repetidas afirmações de serem os «campeões da unidade». O que a ASP sempre desejou (e para que trabalhou) foi procurar aglutinar à sua volta todas as outras correntes e personalidades democráticas, prestigiar-se, reforçar-se e sair da campanha «eleitoral» como partido organizado, o único partido legal da Oposição, a qual, na falta de outras organizações partidárias legais, se incorporariam todos os que não fossem comunistas.

Tudo fez a partir de certa altura para dificultar o desenvolvimento da organização unitária. São disso exemplos, a recusa desde 1968 de par-

participar na actividade unitária de Braga; a saída da Comissão do Porto mais ou menos na mesma altura (a sua última participação aqui em reuniões de unidade data da aprovação do «documento das 1.500 assinaturas», o qual pretendeu boicotar quando se tratou de o assinar; o caso da sessão comemorativa do 31 de Janeiro de 1969 no Coliseu do Porto, cuja organização e elaboração da lista de oradores chamou exclusivamente a si, recusando toda e qualquer forma de trabalho comum e unitário em matéria preparatória e organizativa. São ainda provas disso, a quebra de negociações no Porto para a formação de uma lista única, que se desenrolavam em Julho, as escusas para retomar essas negociações, em Setembro, a recusa agora da CEUD do Porto, para formação de uma comissão paritária com a CDP a fim de se organizarem em conjunto as comemorações do 5 de Outubro, em plena campanha «eleitoral», e toda uma série de maneios noutros distritos do Norte, como Viseu e Castelo Branco, por exemplo. Outra prova de falta de interesse unitário foi a proposta demagógica de discutir colectivamente e de resolver por compromisso as dificuldades existentes nos 5 distritos onde em qualquer dos casos havia provocado a divisão (Lisboa, Porto e Braga), fazendo assim depender a unidade num distrito da unidade nos outros dois, quando os problemas em cada distrito eram diversos.

Deficiências havidas

Não obstante os êxitos assinalados na luta «eleitoral», e o ter esta constituído uma importante batalha contra o fascismo, várias deficiências e erros se verificaram. A sua análise crítica interessa, tendo em conta a melhoria futura na actividade do movimento democrático.

O eleitoralismo foi um mal que se verificou, em maior ou menor grau, um pouco por todo o lado, mesmo quando se fazia profissão de fé contra ele. Por vezes, o eleitoralismo deixava também transparecer ilusões legalistas frente à demagogia «liberalizante».

Houve desde início uma preocupação dominante de ir à boca das urnas, por parte de várias comissões e de destacados dirigentes democráticos. Muito cedo a Oposição o declarou expressamente. Fe-lo colectivamente na reunião de S. Pedro de Moel, em 16 de Junho. Havia-o já declarado a Comissão de Braga num documento datado de 13 de Abril, em que se afirmava «disputar as eleições com intenção decidida de as vencer, sejam quais forem os entraves que nos oponham». Afirmava-o igualmente a Comissão do Porto em documento apresentado nesse mesmo dia na Reunião Nacional efectuada em Alcobaca e em que se preconizava: «Disputa pela Oposição Democrática das próximas eleições legislativas, quaisquer

A falta de unidade prejudicou o movimento democrático e a luta do povo português. Só ao fascismo aproveitou. Mas apesar das manobras e das tentativas para retardar toda a acção, os democratas mais consequentes uniram-se, avançaram, e levaram à prática uma unidade combativa.

No capítulo de unidade, a posição do nosso Partido é clara e inequívoca. Consideramos que ela serve os interesses do povo português e que é objectivamente possível numa base de igualdade de direitos, sem discriminação de qualquer tipo sem que alienemos, no entanto, a nossa independência e a luta ideológica como partido de vanguarda da classe operária e das massas trabalhadoras. Consideramos mesmo que, ainda quando não exista uma unidade orgânica, é sempre possível a realização de acções comuns antifascistas entre todos os democratas.

Há no entanto que destrinçar entre unidade democrática legal e unidade antifascista ilegal. Quanto à primeira, sempre temos defendido e continuamos a defender a «unidade de democratas sem discriminação». Se se tratar no entanto de unidade num plano ilegal, aí sim, estamos e sempre estivemos dispostos a uma unidade com base em partidos, grupos ou tendências, em que os nossos representantes, como todos os das outras correntes, se apresentem como tal.

que sejam as condições». Outras Comissões afirmaram-no também logo na altura de apresentarem os candidatos ou de publicarem os seus primeiros manifestos.

Esta posição, tomada naquele momento, foi um erro tático. Por um lado, constituía um cheque em branco passado ao fascismo, mesmo quando se afirmava lutar-se pela obtenção de garantias de seriedade do acto «eleitoral», pois a priori se dizia que se iria às urnas em quaisquer condições. Por outro lado, não podia senão levar as massas e os próprios dirigentes a desarmar na luta pela conquista dessas garantias. E foi o que em muitos casos sucedeu, não obstante ter-se verificado algumas representações e protestos ao governo.

O problema central em Abril, Maio, Junho, etc., não era o de decidir se se iria ou não às urnas em 26 de Outubro (1), decisão que haveria que tomar em momento oportuno de acordo com o desenrolar da própria campanha e com o que nessa altura melhor servisse a luta geral do povo português. O que havia nessa ocasião a fazer era aproveitar em cheio todo o tempo para reclamar a satisfação da garantia efectiva de liberdade de organização, de liberdade de propaganda, de fiscalização dos cadernos e do acto «eleitoral», e fazer uso des-



sas garantias; de realizar amplos debates e de mobilizar as massas para acções concretas nesse sentido; de levar a organização aos conceitos e às freguesias onde ela não existia; de realizar amplas assembleias, nas vilas nas aldeias, nos locais de trabalho, para debate dos problemas das massas populacionais e trabalhadoras; o que havia era que mobilizar desde logo as massas para a luta por objectivos concretos, tais como, a libertação imediata de todos os presos políticos, o regresso dos exilados, a abolição das medidas de segurança, a abolição da censura, a imposição do reconhecimento permanente da existência legal da Oposição, a satisfação das reivindicações económicas mais urgentes das massas trabalhadoras, o direito à greve, o fim da guerra colonial, uma viragem na política externa.

Em relação a tudo isto, tal como se dizia no documento do C.C. do P.C.P. de Agosto de 1969, «Não se trata de objectivos a apresentar abstractamente como ideias a atingir, mas de objectivos concretos de luta para a qual se deve mobilizar a opinião, chamar as massas, criar sempre que possível estruturas próprias e movimentos nacionais, adoptando em cada caso e em cada momento as formas adequadas de acção».

O decidir-se prematuramente sobre a ida às urnas, escudava-se na afirmação de que as massas estavam desiludidas quanto a desistências anteriores e que se não fosse logo de início declarado pública e inequivocamente que as candidaturas iriam até ao fim, as pessoas não eram mobilizadas para a acção. Colocar o problema assim, é encará-lo de forma eleitoralista, é considerar as «eleições» como um fim em si e não apenas como uma das muitas formas de luta contra o fascismo, importante mas não a principal nem a decisiva.

Colocar o problema de tal forma, é colocá-lo às avessas. É não interpretar devidamente o sentir das massas. A atitude destas frente à luta «eleitoral», não resulta de se ter ou não desistido em campanhas passadas, mas de não se ter verificado o seu correcto aproveitamento. O que as massas não compreendem, é que as «eleições», sejam um fim em si, porque sentem que o problema político português não pode encontrar aí a sua solução. O que as massas não compreendem é que sejam apenas solicitadas a assistir aos comícios e depois a colocar o voto na urna, sendo de seguida mandadas para casa durante 4 anos à espera de novas «eleições». O que as massas não compreendem é que os seus problemas não sejam auscultados, debatidos e depois orientadas sobre como lutar pelas suas reivindicações.

Outra característica do eleitoralismo, foi o facto de se não ter levado à prática a luta organizada por objectivos concretos, nem criado nenhuma estrutura específica que continuasse essa luta para além da campanha. As «eleições», o voto, sacrificaram tudo o mais. Há no

entanto neste caso duas importantes excepções a registar: a criação da Comissão de Trabalhadores do Porto muito antes do período «eleitoral» e o aparecimento de uma forte Comissão de Jovens Trabalhadores, também no Porto. Ambos os movimentos projectaram-se para além da ida às urnas.

O caciquismo apareceu nalguns lados. Trabalho apoiado em figuras clássicas que tudo decidiam (em vez de comissões) e que por vezes nada faziam, funcionando até como travões; comissões formadas por pessoas que não admitiam contestação. As comissões não eram necessárias; na altura própria apareceria em cada local quem distribuisse as listas e quem fiscalizasse o voto (!). O caciquismo dificultou muito a acção e o abrir do movimento às massas.

O dirigismo foi outra deficiência negativa. As massas raramente foram chamadas a decidir durante a campanha, mesmo em questões importantes. Por vezes nem as próprias comissões.

Houve em muitos lados falta de trabalho colectivo. Centralismo excessivo, poder de decisão em questões importantes concentrado em uma ou duas pessoas. Por um lado, «homens-orquestras» e, por outro, uma quantidade enorme de pessoas disponíveis que não eram integradas em comissões, que por vezes não eram mobilizadas e aproveitadas e que, quando acontecia serem-no, o eram de uma forma passiva, como meros executantes.

O legalismo também se manifestou. Um exemplo disso, entre outros, foi o quase total silêncio sobre a guerra colonial. Mesmo quando abordado, o reconhecimento do direito dos povos coloniais à autodeterminação e à independência não era colocado, nem tão pouco a defesa de negociações imediatas com os representantes válidos dos movimentos de libertação.

Outras deficiências, não menos de ter em conta se verificaram. A importância da organização não foi sempre e em todos os lados compreendida. Tendo havido nalguns distritos uma razoável, mesmo uma boa ligação à base a ligação às massas foi muito deficiente, pois as comissões de base não realizaram essa missão. Comissões distritais e concelhias houve até que raramente reuniram. A importância da classe operária não foi, dum modo geral, tida na devida conta. Salvo o caso do Porto, em nenhum outro distrito da Norte houve candidatos representativos dos trabalhadores, nem comissões próprias e independentes de trabalhadores. Encontros de candidatos com trabalhadores foram uma raridade. Em nenhum lado se aproveitaram as possibilidades de ida de candidatos a fábricas e a grandes centros de trabalho. A falta de estudo dos problemas concretos de cada distrito, foi uma lacuna existente na quase totalidade destes. Os estudantes, tendo dado uma boa colaboração até mesmo na criação de comissões de base, actuaram de forma dispersa e pouco organizada. As mulhe-

res, não foram suficientemente ajudadas e estimuladas a organizar-se, a realizarem acções próprias, a debatarem os seus problemas específicos. A propaganda para os comícios e a distribuição dos convites de ingresso, deixou mui-

to a desejar. A ida de candidatos aos mercados e a outros centros de grande frequência popular, não foi realizada. Nalguns distritos, grandes quantidades de listas de voto ficaram por distribuir por má organização.

A acção do Partido

Chamando os seus militantes e simpatizantes à participação na batalha «eleitoral», a integram-se nas comissões e a ajudarem à sua formação, a colaborar nas mais variadas tarefas e iniciativas; apelando para a acção das massas e para a unidade de todos os democratas na batalha contra o inimigo comum; criticando politicamente e caracterizando ideologicamente todos os que, fazendo alarde de afirmações esquerdistas ou colocando-se em atitudes oportunistas se remetiam a posições cómodas de abstenção e de crítica fácil, o Partido, vanguarda organizada da classe operária, procurou estar na primeira linha de combate na luta pelas reivindicações das classes trabalhadoras, na luta pela Liberdade e a democracia, olhos postos na luta pelo socialismo.

Apesar disto, as deficiências e erros cometidos neste período, algumas das quais foram atrás apontadas, são, em grande medida, deficiências e erros do próprio Partido. Deficiências e erros dos militantes no sector. Por este facto, as experiências e lições resultantes, quer dos êxitos quer das deficiências verificadas no decorrer desta

grande batalha pela Liberdade devem ser estudadas e assimiladas, em primeiro lugar, pelos militantes e organizações do Norte, assim como por todo o Partido. Esta experiência deve ser também levada aos democratas e às massas.

* * *

Na actual situação, para que o movimento democrático prossiga em frente, para que se fortaleça e se desenvolva, é indispensável que se não interiorize, que não se feche sobre si próprio e antes se abra à participação de um número cada vez maior de democratas, independentemente da tendência em que se integrem.

Na base da luta por objectivos concretos imediatos e apoiado numa organização eficiente e maleável, o movimento democrático deve mobilizar as mais amplas massas para impor ao governo a sua presença e a sua legalidade como grande corrente de opinião democrática que provou ser na luta pelas reivindicações democráticas do povo português.

NA TREFILARIA

A combatividade e a organização na base numa vitória

Nos começos de 1969 a luta da Trefilaria foi, na zona industrial de Sacavém — Vila Franca, um detonador para a onda de lutas que então se verificou naquela importante região.

Nesta empresa de Sacavém os operários têm vindo a conquistar, mercê numa luta persistente, por vezes tenaz e corajosa, uma situação salarial que, estando longe de corresponder aos justos anseios dos trabalhadores, os coloca, todavia, numa posição de relativa vantagem no contexto da região.

Foi mercê numa paralisação seguida de concentração na gerência que os operários da Trefilaria arrancaram em Janeiro de 1969 o pagamento ao mês.

Posteriormente, em fins de 1969, o pessoal dos turnos vê melhoradas as suas condições de remuneração ao mesmo tempo que obrigaram a pôr de lado a tentativa de classificação do pessoal por escalões com o objectivo de os prejudicar e alcançam ainda aumentos de 8\$00 por dia útil bem como outras regalias.

Na base destas conquistas está um forte espírito de combatividade aliado a uma justa noção da importância da organização, capacidade directiva e maleabilidade na condução da luta.

De como a luta passou de fins de 1969 para 1970

Na 2.^a quinzena de Outubro de 1969, em plena campanha «eleitoral», uma comissão representativa dos turnos, englobando todas as secções da empresa, avistou-se com o chefe do pessoal a fim de apresentar uma reivindicação colectiva que visava obter melhoria do subsídio de turno e também a melhoria da refeição da noite. Esta diligência foi apoiada pela concentração,

na cerca da empresa, do pessoal de dois turnos. Perante as evasivas do chefe do pessoal, os operários voltaram a colocar os seus problemas ao engenheiro-chefe que entretanto também aparecera. Este atirou com a responsabilidade da solução para um dos patrões, o eng. Meio, que entrando também na liça, começa por tentar intimidar os operários. Face à firmeza destes o

eng. Melo fingia-se desconhecedor da insuficiência da refeição nocturna, prometendo resolver este assunto e estudar a remodelação do subsídio num curto espaço de tempo. Com efeito, no prazo prometido o pessoal obteve a refeição completa para o 2.º turno, e para o 3.º acrescentaram mais 10\$00 ao subsídio de turno.

Face ao agravamento do custo de vida, os operários da Trefilaria passam a exigir um aumento geral de salários no fim de 1969. No dia 29 de Dezembro tem lugar uma concentração em apoio das diligências da comissão de unidade que reclama uma audiência da administração. Como não fossem recebidos, no dia 30 o pessoal voltou à carga, sendo-lhes prometido que no dia 31 o eng. Melo os receberia no refeitório. Assim se

passou realmente.

Nesta entrevista, o eng. Melo só queria receber 40 ou 50 operários, mas acabou por ter de receber um grupo de mais de 100. No seu discurso, o director da empresa anunciou que perante a impossibilidade de dar um aumento geral, tinha estudado um plano de escalões que ia beneficiar o pessoal com subsídios de produção para além do salário base. O pessoal compreendeu, porém, que uma tal proposta não era mais que uma tentativa de burla como tantas outras e regeitou-a, sendo aplaudidas com palmas as intervenções de vários operários neste sentido.

O ano de 1970 entrou em condições de grande tensão entre os trabalhadores e o patronato.

A última fase da luta — obtida nova vitória

No dia 12-1 de 1970 começa a redução de produção para menos de 50%. Há uma adesão quase total da massa trabalhadora. Na secção de patentes dois turnos tentam quebrar a unidade da luta. Há telefonemas dirigidos para aquela secção mostrando ao pessoal o erro em que estão incorrendo. A unidade de acção vai-se assim tornando geral e mantém-se até 17, apesar das investidas dos encarregados e das intervenções dos engenheiros que chegam ao ponto de dobrar as velocidades das máquinas, mas que imediatamente eram rectificadas.

Entretanto dão-se reuniões de alto nível. No dia 17, à tarde, o eng. Melo volta ao refeitório para falar com os operários. Diz «que se está em presença duma agitação comandada do exterior, que é o acontecimento mais grave que tem de enfrentar na sua carreira de engenheiro». Recua quanto aos escalões dizendo que «até julgava que beneficiava o pessoal». Propõe um aumento de 100\$00, que o pessoal não aceita.

No dia 19 a produção é reduzida ainda mais. À tarde o eng. Melo manda anunciar que está disposto a receber uma comissão representativa

do pessoal. Esta é rapidamente formada e vai de novo conversar com o director. Este, volta a referir-se com ar dramático à gravidade da situação. «O que está a acontecer é uma acção subversiva. Os responsáveis estavam lá fora», etc, etc. Como remate final, diz: «Estou disposto a negociar convosco. Peço-vos o favor de convencerem os vossos colegas a retomarem o trabalho normalmente. Espero que reconsideréis até ao dia 21. Nessa altura, se o trabalho tiver começado normalmente eu negociarei convosco».

Ouvindo o pessoal, a «cêra» é interrompida. Aguarda-se o dia apazado com ansiedade. A comissão que negocia com o eng. Melo traz aos operários as seguintes conquistas:

— anulação dos escalões; — aumentos gerais de 208\$00 (8\$00 por dia útil); — passagem para o salário-base de 50%; dos prémios obidos entre Março e Dezembro de 1969; — promessa de elaboração dum plano de assistência aos reformados; — desconto das horas perdidas na base de 1/30 (era de 1-26); — oficialização de reuniões regulares do eng. Melo com a comissão de unidade da empresa.

O pessoal tem a nítida consciência de que as concessões arrancadas são insuficientes, mas tem também a noção correcta da vitória alcançada. Alguns operários mais exaltados pensam que se deve retornar à «cêra», mas a maioria entende que a luta tinha encontrado um epílogo aceitável em que a única entidade que cedeu foi o patronato.

As lições desta luta

Ressalta desta corajosa luta, a existência dum forte espírito de iniciativa e de combatividade. É óbvio que este espírito não nasce do acaso e provém duma justa consciência de classe, fomentada através da organização dos operários e da sua unidade em torno duma comissão honesta e firme, que diante do patronato não se põe de cócoras, nem diante dos ânimos exaltados se deixa ir a rebouca deles. Tal conclusão parece-nos essencial para compreender muitos dos importantes aspectos desta luta vitoriosa.

Perante as hesitações iniciais de alguns sectores (secção da patentes), o restante pessoal não se deixa intimidar e firme prossegue na sua determinação. Este exemplo mostra como a unidade das massas trabalhadoras duma empresa não reside só na identificação geral e imediata de todos os operários com uma determinação luta, mas sim na capacidade da maioria esclarecida suportar as hesitações iniciais da minoria e vencê-las no decurso da acção.

Um outro aspecto que se nos afigura de relevante importância é o da justa capacidade de direcção demonstrada, firme e corajosa ao iniciar uma acção que, sem dúvida

alguma, desde o início, iria desencadear a resistência do patronato. Não abrindo brechas antes colmatando as que nascerem com a própria luta. Audaciosa para responder à manobra de 17-1 com uma redução de produção ainda mais saliente, meielével a ponto de não hesitar na retomada do trabalho normal como condição para as negociações do dia 21-1 que lhes deu a vitória.

Aqui está o essencial da luta vitoriosa dos operários da Trefilaria. Os aumentos não são inteiramente satisfatórios, mas há que considerar que eles se seguem a outra vitória — a do pessoal dos turnos, que eles estão na continuidade duma linha de acção que o patronato em vão tentou procurar quebrar com manobras enganosas.

Enriquecidos com mais esta experiência, capazes de saberem analisar os erros, que também os há, os operários da Trefilaria estarão em condições de, num futuro próximo, arrancarem novas e substanciais conquistas.

Paralisando ou reduzindo substancialmente a produção, o proletariado, quando organizado e unido obrigará os exploradores a satisfazerem os seus legítimos direitos.

O movimento sindical em Portugal

à luz do leninismo

Apesar do baixo nível de desenvolvimento das estruturas económicas do nosso país, do seu grande atraso industrial em relação aos outros países da Europa Ocidental, atraso que começa desde o ponto de partida da industrialização e que perdura ainda hoje, o nosso movimento sindical, que assentou inicialmente numas quantas indústrias tradicionais e em actividades artesanais, tem fortes tradições de luta. Caracterizando-se de início sobretudo por uma grande acção mutualista, ele evolui progressivamente até conduzir, ao longo do período da República, a uma enorme vaga de lutas que mobilizaram muitas dezenas de milhar de trabalhadores pela melhoria dos salários, contra a carestia de vida, contra o desemprego, pelas 8 horas de trabalho e outras reivindicações.

Dado que não existia então em Portugal um partido revolucionário da classe operária, um partido que se guiasse pelos princípios marxistas-leninistas da luta de classes, o movimento sindical português caminha, no plano político, até às vésperas da implantação da República, quase totalmente sob a influência do Partido Socialista, partido que nasceu e viveu sempre preso das concepções reformistas. Tais concepções deviam marcar também o movimento sindical dessa época. A partir, porém, do Congresso sindical de Amiens (França) em 1906, e com a vitória nesse congresso das concepções do sindicalismo revolucionário, em oposição ao sindicalismo reformista, viria a operar-se no nosso movimento sindical uma viragem de orientação que, quando da implantação da República, ganhara já boa parte das massas sindicalizadas. Diz Bento Gonçalves em «Palavras Necessárias» que «Em 1909, quando em Portugal se efectua a primeira Conferência Sindical (...) já os sindicais

listas revolucionários, com alguns sindicatos sob a sua influência, se instalam em posições, de certo modo sólidas, de onde prosseguirão em progressivo combate contra o Partido Socialista».

Com o acentuar do oportunismo dos socialistas depois da queda da monarquia, por um lado, e com o desenvolvimento do espírito combativo do proletariado nas novas condições objectivas, por outro, e dada a inexistência dum partido revolucionário de classe que canalizasse numa justa e correcta direcção as suas energias revolucionárias, a influência do sindicalismo revolucionário, foi avançando progressivamente na mentalidade da classe operária até tornar muito pouco significativa a influência dos socialistas, cada vez mais mergulhados no atoleiro do oportunismo de direita.

Com a constituição da C.G.T. em 1919, o movimento sindical ganhou novas energias e entusiasmo, chegando esta organização a agrupar 130.000 trabalhadores em 1922. No entanto, dada a orientação sectária dos dirigentes cegetistas, o movimento sindical havia de continuar a caracterizar-se por graves erros e desvios. Se no plano político o proletariado andou sempre, até ao advento do fascismo, a reboque da pequena burguesia, ajudando frequentemente a fazer e a desfazer «golpes», no plano sindical caiu no sectarismo estreito, no oportunismo de esquerda e, quantas vezes no terrorismo! Uma tal orientação, imprimida pelos principais dirigentes da C.G.T. não podia deixar de conduzir ao descrédito, a um recuo do movimento e à baixa dos efectivos cegetistas, que em 1923 eram já apenas de 90.000. Esta mesma orientação desarmou ideologicamente a classe operária, que em 1926 devia assistir apaticamente ao golpe de Estado fascista.

Influência da Revolução de Outubro

Com a Revolução de Outubro de 1917 e a constituição da I.S.V. (Internacional Sindical Vermelha) em 1921 nasce nas massas trabalhadoras uma onda de simpatia pela União Soviética e desenvolvem-se fortes tendências no movimento sindical português favoráveis à adesão à I.S.V. A este propósito diz Bento Gonçalves em «Palavras Necessárias»: «A simpatia da massa sindical portuguesa pela Revolução Russa confundia-se com a própria I.S.V.. A sua longa experiência de luta sindical, travada com a burguesia, indicava-lhe, embora de modo empírico,

que havia necessidade de passar a um plano de formas de luta superior. A orientação da I.S.V. propunha isso mesmo». Entretanto a C.G.T. viria a aderir, em fins de 1922, não há I.S.V. mas à «Associação Internacional dos Trabalhadores», que acabava de se constituir em Berlim, de tendência anarco-sindicalista e cujos objectivos eram mais a luta contra o comunismo e a própria I.S.V. do que a luta pelas justas reivindicações da classe operária. A C.G.T. abandonava assim a concepção sindicalista revolucionária para abraçar a concepção anarco-sindicalista.



Sobre a diferença entre uma e outra demos a palavra a Bento Gonçalves: «Entre a concepção do Sindicalismo Revolucionário, com base na Carta de Amiens, e a concepção anárco-sindicalista de Berlim não há nenhuma diferença fundamental. Estão ambas tão intimamente ligadas, têm uma origem tão comum, que só diferenças de forma as poderão distinguir» («Palavras Necessárias»).

Em fins de 1924 dá-se a cisão na C.G.T. com a saída dos partidários da I.S.V., levando mais tarde à constituição da C.I.S., (Comissão Inter-Sindical) aderente da I.S.V. e à constituição de sindicatos vermelhos. A C.G.T., apegada ao seu sectarismo cada vez mais feroz e gastando a maior parte das suas energias no combate ao comunismo e à União Soviética continua a desmoronar-se. No seu relatório ao VII Congresso da I.C. realizado em 1935 dirá Bento Gonçalves: «Durante longos anos os anarquistas dominaram quase completamente no movimento operário. Houve tempo em que a C.G.T. contava cerca de 100.000 aderentes. Nessa época o movimento sindical vermelho não existia. Nas vésperas da fascização dos sindicatos, em Dezembro de 1933, a C.G.T. anarquista não contava já mais que 15.000 aderentes, enquanto que os centros dirigentes

dos sindicatos vermelhos, a Comissão Inter-Sindical, contava 25.000 operários agrupados nos principais sindicatos do país».

Com o assalto ao poder em 1926 pela grande burguesia reacção, o movimento sindical, já então em decadência pelo estado a que o tinha conduzido a orientação anárco-sindicalista, da C.G.T., dividido, entra em franca confusão e desorientação, adoptando, no fundamental, perante o golpe de estado fascista, uma posição de expectativa, à espera do que desse e viesse. Diz ainda Bento Gonçalves em «Duas Palavras» que «Vários dos militantes sindicais existentes supunham que bastaria um revirralho messiânico para que o movimento sindical e a liberdade de pensamento se restabelessem. Abandonaram o próprio labor sindical. Atrélavam-se e atrélavam o proletariado aos chefes do revirralho. A C.G.T. entrava na maior das apatias». Entretanto um grande esforço de reorganização era empreendido pelos partidários da I.S.V. e quando em Janeiro de 1934 o fascismo assalta os sindicatos, o movimento sindical estava já em franco progresso no plano da organização, como atestam os números apresentados por Bento Gonçalves.

A fascização dos sindicatos

A fascização dos sindicatos deparou com a reacção da classe operária, que se lançou nalguns centros numa tentativa de greve revolucionária que viria a ser violentamente esmagada pelo fascismo e que levaria à prisão de milhares de operários e à deportação de centenas. Tendo fundas razões objectivas e significando a justa resistência dos trabalhadores a serem esbulhados dos últimos resíduos de liberdade que ainda lhes restavam, a liberdade sindical, o movimento de 18 de Janeiro foi contudo, como tentativa de greve geral revolucionária, um grave erro. Já nessa altura estava claro para todos os dirigentes mais esclarecidos do movimento operário que não havia condições para uma greve revolucionária. A este propósito diz Bento Gonçalves em «Duas palavras»: «Uma greve geral revolucionária é o desfecho duma situação revolucionária já atestada nos factos, no estado de espírito e na atitude das próprias massas. Esta não era de modo nenhum a situação criada pelos decretos que o 18 de Janeiro se propunha combater». O «18 de Janeiro» foi um produto das concepções anárco-sindicalistas que continuavam a dominar no movimento operário de então e, muito particularmente, numa grande maioria dos seus dirigentes. Em vez dum movimento

geral de protesto para que teria sido possível mobilizar numa vasta escala largas massas de trabalhadores sob formas diversas, incluindo a greve, caiu-se num desvio sectário que, aparte a Marinha Grande onde os operários chegaram a tomar conta da vila por algumas horas e alguns outros centros operários onde as massas vieram para a rua, se limitou ao estoirar dumas quantas bombas e que deu pretexto ao fascismo para assestar um duro golpe no movimento operário, de que levaria vários anos a refazer-se.

Após o 18 de Janeiro e em resposta à imposição dos Sindicatos Nacionais fascistas pelo governo, os dirigentes operários esforçaram-se por manter o movimento sindical livre, organizando sindicatos ilegais. Esta orientação viria a revelar-se errada. Aos sindicatos ilegais, como aliás a qualquer organização ilegal, viaham e vêm apenas os elementos de vanguarda. Apesar dos esforços empreendidos na organização dos sindicatos ilegais e apesar dalguns êxitos relativos, sobretudo na medida em que os trabalhadores continuavam também arredados dos Sindicatos Nacionais, eles não conseguiram realizar nenhum trabalho de massas. No «Boletim Interno do PCP», II Série, n.º 1, de Fevereiro de 1937, pode ler-se: «A experiência de 3 anos de

trabalho sindical ilegal provou a insuficiência dos sindicatos ilegais como meio de luta para a defesa dos interesses dos trabalhadores. O sindicato ilegal é em geral composto por um número restrito de operários mais avançados e a sua actividade limita-se à publicação de jornais e manifestos ilegais».

A recusa a trabalhar nos Sindicatos Nacionais e a organização dos sindicatos clandestinos significava que se ignoravam ou não se tinham em conta os princípios leninistas do trabalho de massas. De facto Lênine também tratou esta questão com bastante largueza. Referindo-se à recusa dos comunistas alemães em trabalharem nos sindicatos reacccionários, diz Lênine em «O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo»: «Não menos infantis e ridículas nos devem parecer as graves dissertações muito eruditas e terrivelmente revolucionárias das «esquerdas» alemães que pretendem que os comunistas não podem nem devem militar nos sindicatos reacccionários, que é permitido recusar esse trabalho, que é preciso sair dos sindicatos e organizar uma «união operária» completamente nova, limpinha, inventada por comunistas muito gentis». E mais adiante Lênine acrescentava: «Para saber ajudar as massas e ganhar a sua simpatia, a sua adesão e o seu apoio é preciso não temer as dificuldades, as chincanas, as ratoeiras, os ultrajes, as perseguições (...) e trabalhar absolu-

tamente lá onde está a massa. É preciso saber consentir todos os sacrifícios, vencer todos os grandes obstáculos, a fim de fazer um trabalho de propaganda e agitação metódico, perseverante, obstinado e paciente nas instituições, sociedades, organizações — mesmo no seio das mais reacccionárias — em toda a parte onde há massas proletárias e semi-proletárias» (Ob. Comp. ed. fr., tomo 31, págs. 44 e 48).

Entretanto, a própria magreza dos resultados obtidos no trabalho sindical ilegal mostrou que esse não era o bom caminho. Já no seu relatório ao VII Congresso da I.C. Bento Gonçalves declarava: «... do ponto de vista prático, nós vemos que os sindicatos ilegais não realizam nenhuma actividade de massas séria». Aqueles que ainda hoje continuam a defender a organização de sindicatos ilegais mostram que a experiência e a vida não lhes ensinaram nada.

A prisão de Bento Gonçalves logo após o seu regresso do VII Congresso da I.C. impediu que a rectificação prática desta orientação no trabalho sindical tivesse começado mais cedo. Embora no plano teórico se tivesse reconhecido desde essa altura que tal orientação era errada e que era necessário corrigi-la, pode dizer-se que no plano prático a viragem do trabalho sindical para dentro dos Sindicatos Nacionais só começou depois da reorganização do Partido de 1940-41.

Viragem no trabalho sindical

A justeza da viragem do trabalho sindical para dentro dos Sindicatos Nacionais foi plenamente confirmada ao longo de quase três dezenas de anos de lutas da classe operária. As direcções principais em que se desenvolveu a nova orientação para o trabalho sindical — entrada em massa para os S.N., pressão sobre as direcções sindicais para obrigá-las a defender as reivindicações dos trabalhadores e a eleição de direcções de trabalhadores honestos gozando da confiança da classe — permitiu a realização dum amplo trabalho de massas. Os S.N. passaram a ser frequentemente usados pelos trabalhadores como arma de luta contra o patronato. Já no seu «Informe ao Comité Central» em Julho de 1947, Manuel Rodrigues dizia: «As massas compreendem cada vez mais, pela sua própria experiência que é possível obter por intermédio dos sindicatos nacionais sensíveis melhoras nas suas condições de vida, desde que se apresentem unidas na defesa dos seus interesses. Por outro lado convencem-se também da necessidade de

colocar à frente dos sindicatos pessoas honestas, homens dedicados à sua classe...».

O aproveitamento dos S.N. não podia de modo nenhum dispensar outras formas de organização unitárias dos trabalhadores, sendo evidente que os S.N., pela sua estrutura e natureza fascistas, não podiam nem podem ser os organismos dirigentes da sua luta reivindicativa. Nas «Resoluções do I Congresso Ilegal do P.C.P.» em 1943, afirma-se que «... a luta reivindicativa de forma alguma deve ser confiada aos S.N. As Comissões de Unidade têm sob este aspecto um papel decisivo». De facto as Comissões de Unidade foi a forma de organização adequada que as massas encontraram para desempenhar esse papel dirigente. Actuando sobretudo nas empresas, mas sabendo utilizar também os sindicatos, as Comissões de Unidade têm desempenhado um grande papel na promoção e condução das lutas reivindicativas. Elas são a base dum movimento sindical de massas independente.

Reconhecidas, toleradas ou perseguidas pelo patronato e pelas autoridades fascistas, as Comissões de Unidade, promovendo a elaboração e discussão pelas massas de cadernos reivindicativos, abaixo assinados, exposições e petições ao patronato e ao INTP, promovendo a realização de representações e concentrações nas empresas, e nos sindicatos, têm dirigido milhares de pequenas e grandes lutas da classe operária e outras camadas da população trabalhadora. Constituídas geralmente pelos trabalhadores mais prestigiados e combativos no seio da classe, sem consideração das suas ideias políticas ou religiosas, elas são a expressão da unidade da classe operária na sua luta contra a exploração. Diz o camarada A. Cunhal em «Rumo à Vitória» que «A utilização dos sindicatos fascistas deu-se na medida em que se desenvolveu, se generalizou, se tornou um poderoso instrumento a organização unitária da classe operária para a luta reivindicativa, na medida em que os trabalhadores se treinaram em milhares de lutas grandes e pequenas pelos salários e outras reivindicações». Pode pois dizer-se que a utilização em larga escala dos sindicatos fascistas pelos trabalhadores é acção e efeito do desenvolvimento da luta de massas.

Por outro lado, a acção das massas sobre os sindicatos, quer pressionando, e muitas vezes obrigando, as direcções de rafeiros do patronato a intervir em defesa das reivindicações da classe, quer lutando pela eleição de direcções honestas, levou ao completo desmascaramento da demagogia fascista. Também nos sindicatos os fascistas foram obrigados a mostrar a sua verdadeira cara. Além das arbitrariedades e ilegalidades de toda a ordem que passaram a ser uma prática corrente nas assembleias dos sindicatos onde estão instalados os serventários do patronato, o fascismo viu-se obrigado a adoptar uma série de medidas legislativas para impedir a eleição de direcções dedicadas à classe e dispostas a lutar aí pela defesa dos seus interesses. As últimas alterações à legislação sindical levadas a cabo pelo governo de M. Caetano, abolindo a homologação governamental das direcções sindicais e que são uma consequência da longa luta dos trabalhadores pela liberdade sindical, pretendendo ser na aparência uma medida dando satisfação aos trabalhadores, não é mais que uma manobra demagógica cujo objectivo, é na verdade permitir aos fascistas um maior controle sobre as eleições sindicais. Em vez da homologação

posterior estabeleceu-se a homologação prévia que se destina a limitar ainda mais as possibilidades de eleição de direcções sérias.

Mas todas as manobras e ilegalidades fascistas não têm conseguido impedir que em muitos sindicatos os trabalhadores tenham eleito direcções da sua confiança. Ao mesmo tempo que continuarão a lutar pela conquista das liberdades sindicais, pelo direito à greve, etc., os trabalhadores continuarão a utilizar os sindicatos fascistas e continuarão a lutar para escorraçar deles as direcções de lacaios do patronato e as comissões administrativas e eleger direcções de autênticos defensores dos seus interesses. Lutando dentro e fora dos sindicatos, a classe operária portuguesa, no seu combate contra o patronato e o fascismo, seguindo os ensinamentos de Lênine e orientada pelo nosso partido tem levado a cabo grandes lutas reivindicativas e obtido belas vitórias, de que são exemplo mais recente as de 1969 que mobilizaram cerca de 100.000 trabalhadores. Sendo evidente que nas condições do fascismo as formas legais e semi-legais de organização são insuficientes para dirigir as suas lutas, a classe operária tem de recorrer também, e tem recorrido, a formas ilegais quando a luta assume formas superiores.

Naturalmente que isto não significa que não tenha havido e não continue a haver muitas e graves deficiências e debilidades na luta sindical e reivindicativa. Nem sempre as Comissões de Unidade são constituídas pelos trabalhadores mais prestigiados e combativos; nem sempre elas se apoiam verdadeiramente nas massas ou têm o apoio destas; nem sempre as reivindicações e formas de luta são amplamente discutidas de forma a torná-las sentidas por todos os trabalhadores da empresa e estabelecer à volta delas uma sólida unidade; nem sempre se tem sabido encontrar as melhores formas de organização de acordo com cada fase da luta; nem sempre tem havido uma justa e correcta coordenação da luta na empresa com a luta no sindicato; nem sempre se tem sabido utilizar ou utilizar suficientemente os sindicatos na luta reivindicativa; nem sempre se tem sabido aproveitar todas as possibilidades de escorraçar as direcções de lacaios do patronato e do fascismo e eleger direcções honestas. Estas debilidades e deficiências estão na origem de alguns insucessos. Não é contudo o nosso objectivo fazer aqui essa análise, mas tão somente dar um panorama, ainda que muito limitado, do nosso movimento sindical ao longo de várias fases por que tem passado.

«A fidelidade aos princípios é inseparável da prática revolucionária. À frente da classe operária e das massas trabalhadoras, o Partido Comunista Português e cada um dos seus militantes comemorarão o centenário do nascimento de Lênine, lutando com entusiasmo e devoção contra a ditadura fascista, pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo».

(Da resolução do CC do PCP de Agosto de 1969)